

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.385 - MG (2019/0045763-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : MATHEUS VICTOR LACERDA GIAROLA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por MATHEUS VICTOR LACERDA GIAROLA contra o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que denegou o *writ* de origem, conforme a seguinte ementa (fl. 104):

HABEAS CORPUS - ROUBO MAJORADO - DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - NECESSIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA CONSTRITIVA-CUSTÓDIA CAUTELAR - MEDIDA MAIS GRAVOSA - NÃO ACOLHIMENTO - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - IRRELEVÂNCIA - ORDEM DENEGADA.

- Não há falar em constrangimento ilegal se a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente encontra-se devidamente fundamentada.

- O fato de o paciente ser primário e com bons antecedentes não tem, a princípio, o condão de garantir eventual direito de responder ao processo em liberdade, devendo as condições pessoais ser analisadas em conjunto com os demais elementos probatórios dos autos.

- Não deve prosperar o argumento de ser a medida constritiva mais gravosa do que a pena a ser imposta em caso de eventual condenação, vez que tal análise dependerá do estudo das diretrizes traçadas pelo art. 59, do Código Penal, da fortuita incidência de agravantes, atenuantes, causas gerais e especiais de aumento e de diminuição de pena, assim como do quantum das sanções efetivamente concretizadas quando da prolação do decisum.

Neste recurso argumenta-se que a prisão preventiva foi decretada sem fundamento válido, e que não foram satisfeitos os requisitos legais.

O recorrente foi preso em flagrante pela prática dos crimes de roubo majorado e porte de droga para consumo próprio, tipificado no art. 157, §2º, II, do Código Penal e art. 28 da Lei n. 11.343/2006.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade

a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fls. 93/94):

[...] A prisão dos mesmos é totalmente legal. Para a decretação da prisão preventiva devem estar presentes requisitos de prova da materialidade e indícios de autoria, bem como ao menos um dos pressupostos do art. 312, do CPP. Com efeito, está estampada a materialidade do fato delituoso, sub judice, pelos elementos até então arrecadados, que dão conta da apreensão e restituição, em parte, da res furtiva. Quanto à autoria, cediço que neste momento não é necessário existência de prova, mas simplesmente indícios, que se encontram presentes pelas declarações dos policiais responsáveis pela prisão e apreensão, bem como pelas palavras da vítima, que reconheceu sem sombra de dúvidas Matheus e afirmou que Carlos apresenta a mesma compleição física do indivíduo que, durante ação, trazia pano tampando parte do rosto. Ademais, menor infrator, igualmente, apontou participação de ambos autuados na prática delitiva. Extraí-se do próprio fato delituoso, in casu, sua gravidade concreta, que coloca em risco a ordem pública. Além disto, embora autuados sejam primários e de bons antecedentes, conforme FACs e CACs - f.17/18, 19/20, 22 e 23, no caso presente, há que se reconhecer a gravidade dos fatos e a inegável recorrência de tal modalidade delitiva por toda parte, notadamente visando res dessa natureza - veículos, celulares e smartphones, merecendo o caso melhor apuração, que só se alcançará com autuados presos. Sublima e contorna o presente caso, declarações seguras prestadas pelo menor em Sede de APFD, o que friso ocorreu em presença da genitora Milene de Fátima Cassemiro, quando da incontáveis detalhes de como toda a ação ocorreu, desde sua idealização até final exaurimento, como se tem de f. 08/09, **quando em quase totalidade de qualquer delito onde aparece envolvimento de adolescente, o normal é que este assuma toda a responsabilidade do ato, já certo da sua impunidade, bem assim fragilidade de reprimenda possível futura prevista no ECA, o que não se vê presente neste caso, fazendo chamar a atenção deste quase episódio isolado. Também nas duas oportunidades que poderia trazer sua versão para os fatos e acusação sofrida, autuado Matheus, no dia presente previamente reservadamente teve entrevista com d. DPE, preferiu não emitir qualquer declaração sobre o fato que lhe é imputado. A par e passo autuado Carlos Phelipe, na Depol teve assistência de d. Advogada, e neste Juízo assistência conforme normas reguladoras da d. DPE, apresenta versão resumida de negativa em ter participado de qualquer fato que lhe é atribuído. Não é crível que o adolescente infrator Carlos Vinicius, tenha arquitetado e engendrado uma versão com tantos detalhes como se tem de seu depoimento de f. 08/09, não vindo até momento qualquer elemento que prove ou ao menos deixe um mínimo antever, ter ele qualquer motivação para incriminar inocentes e não participantes da ação consigo. Também testemunha desinteressada no feito, afirma ter assistido quando referido menor declarou e identificou perfeitamente os dois autuados, até mesmo indicando local onde motocicleta se enc ontrava e simulacro de arma de fogo**

usada na ação. Rotineiramente, assistimos em veículos de comunicação em massa, toda a população clamar por maior rigor de atuação estatal em casos como o presente, todos se incumbindo, em última análise também a sociedade, que mesmo pilhados em flagrante delito, logo autuados são colocado em liberdades o que traz descrédito a ação do Estado e da Justiça em coibir práticas tão lesivas, que até mesmo podem culminar em lesões de natureza gravíssimas, alcançando até mesmo a ceifação da existência de ser humano na terra. Nesta ótica a prisão cautelar deve ser operada, vez que se cuida de delito cometido com violência ao sossego da Sociedade e das pessoas, tornando necessária a custódia preventiva ditada pela lei. Assevera-se ainda, a necessidade do acautelamento, pois há fundado receio de dificultar normal andamento da instrução, com coação a testemunhas e vítima, obstando aplicação da lei penal e furtando-se dos efeitos de eventual condenação.

Como se vê, além de destacar a gravidade da conduta delitiva, que se trata de roubo majorado, há no decreto prisional a necessidade da prisão do recorrente ante a prática do crime com a participação de menor de idade, o que, neste primeiro momento, indica fundamento idôneo.

Esta Corte tem compreendido que a prática do delito com envolvimento de adolescente constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: RHC n. 53.411/CE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 09/04/2015; HC n. 312.760/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Jorge Mussi – DJe 25/05/2015; e RHC n. 38.586/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 23/08/2013 –

Ademais, o necessário exame mais aprofundado da suficiência da cautelar ocorrerá de melhor modo diretamente na Turma, então garantindo a eficácia plena das decisões pelo Colegiado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator